

Prova de Contabilidade Pública Comentada

Auditor de Controle Externo (TCE-PE)

Galera, a seguir comentamos a prova de Contabilidade Pública aplicada hoje (17/09) no concurso do TCE-PE 2017 para Auditor de Controle Externo.

Conforme previmos, foram 10 questões exigidas.

Trata-se, ainda, de um gabarito extraoficial, mas é bem provável que seja este o gabarito, pois todas as questões estão bem elaboradas e de acordo com o previsto na legislação aplicável e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Qualquer caminho diferente adotado pelo gabarito preliminar caberá recurso! Esperamos que o CESPE gabarite ☺

Pessoal, a prova não estava difícil e na minha percepção deixou a desejar...

Analisando a ementa do edital, esperávamos um pouco mais do CESPE... a prova foi toda teórica, sem qualquer espaço para um raciocínio mais analítico que fossem envolvidas as demonstrações contábeis, por exemplo, assunto sempre presente em provas de Contabilidade Pública. Não exigir sequer uma questão de demonstração contábil de um futuro(a) auditor(a) é algo que demonstra a despreocupação da banca com as atribuições do cargo. Revela uma desconsideração com o futuro trabalho a ser desempenhado... enfim não houve coerência conforme já visualizamos em provas anteriores da banca.

Além disso, observa-se uma má distribuição dos assuntos ao longo da prova... ora exigir duas questões de custos e duas de PCASP x Consolidação foge um pouco da razoabilidade, não é mesmo? Veja que 40% da prova concentrava-se nesses dois pontos! É muita sacanagem com os(as) candidatos(as) que se preparam em alto nível!

De qualquer forma, quem se preparou adequadamente não encontrou grandes dificuldades para resolver as questões, a não ser dúvidas

normais de algum ponto teórico, pois sabemos da dificuldade que é lembrar todos os tópicos teóricos, não é mesmo?

Fique tranquilo(a) porque mesmo não tendo sido uma prova difícil, não era barbada acertar tudo não! Quem soube dosar o seu arsenal de questões a não serem marcadas pode ter se dado muito bem em Contabilidade Pública, afinal tinha umas questões bem tranquilas mesmo! Quem fez em torno de 80% das questões de CASP está excelente. 70% é um ótimo resultado. 60% não deixa de ser um desempenho bacana também. Resultados líquidos, é claro ☺

Cabe ressaltar que alguns pontos destacados na nossa participação no aulão podem ter sido determinantes para alguns. Como exemplo, citamos as duas questões de custos... falamos claramente para ler a NBC T 16.11, não é mesmo? Inclusive era "temas de casa" rsrs. Além disso, comentamos que questão sobre variações patrimoniais e PCASP estavam fortemente cotadas... outro fato que pode ter ajudado a galera foram as duas questões envolvendo os procedimentos orçamentários. Conforme comentamos no aulão, questões de receitas e despesas são clássicas e podem ser resolvidas com o conhecimento estudado em AFO!

Bem... vamos ao comentário das questões!

Um forte abraço!

Prof. Gilmar Possati



Curta a nossa página e fique ligado(a) em todas as nossas atividades.
www.facebook.com.br/profgilmarpossati



Inscreva-se no nosso canal no YouTube: **Contabilizando**



Siga-me no **Instagram**: @**profgilmarpossati**



Grupo de estudos:

<https://www.facebook.com/groups/detonandocontabilidade>

1. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE-PE/2017) É correto utilizar o momento do lançamento para determinar a data da ocorrência do fato gerador no âmbito de uma atividade tributária.

Segundo o MCASP (7ª edição, pág. 55), no âmbito da atividade tributária, pode-se utilizar o momento do lançamento como referência para o seu reconhecimento, pois é por esse procedimento que:

- a. Verifica-se a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;
- b. Determina-se a matéria tributável;
- c. Calcula-se o montante do tributo devido; e
- d. Identifica-se o sujeito passivo.

Gabarito: Certo

2. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE-PE/2017) As variações patrimoniais devem ser reveladas pela contabilidade mesmo quando não resultem de execução orçamentária.

Segundo o MCASP (7ª edição, pág. 55), com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa, **independentemente da execução orçamentária**, em função do fato gerador.

Destacamos na oportunidade do aulão que sempre devemos considerar os dois regimes aplicáveis à CASP: orçamentário e patrimonial. Logo, quem raciocinasse nesse sentido verificaria fácil que as variações patrimoniais devem ser evidenciadas (reveladas) pela contabilidade mesmo quando não resultem de execução orçamentária, haja vista a necessidade de evidenciação dos aspectos patrimoniais.

Gabarito: Certo

3. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE-PE/2017) Como é dispensada a divulgação dos passivos contingentes, eles estão isentos da avaliação periódica.

Questão bem tranquila. Aqui, conforme destacamos no aulão, o(a) candidato(a) poderia usar seus conhecimentos tanto do CPC 25 como da NBC TSP 03 (explorada no texto do MCASP).

Segundo o MCASP (7ª edição, pág. 222), os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e **divulgados em notas explicativas**. A divulgação só é dispensada nos casos em que a saída de recursos for considerada remota.

Além disso, o MCASP destaca que **os passivos contingentes devem ser periodicamente avaliados** para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços se tornou provável.

Gabarito: Errado

4. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE-PE/2017) Os ativos obtidos a título gratuito devem ser registrados pelo seu preço presumido.

Segundo o MCASP (7ª edição, pág. 222), os ativos obtidos a título gratuito devem ser registrados pelo **valor justo** na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

Gabarito: Errado

Pessoal, quem assistiu o aulão e fez os temas de casa conforme solicitei (ler a NBC T 16.11), provavelmente acertou as duas questões sobre custos exigidas... não estavam difíceis. Vamos analisá-las.

5. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE-PE/2017) O método de custeio pleno consiste na alocação de todos os custos, fixos ou variáveis, diretamente aos objetos de custo, sem nenhum tipo de rateio ou apropriação.

Segundo a NBC T 16.11, o método do custeio pleno consiste na apropriação dos custos de produção **e das despesas** aos produtos e serviços.

A questão se refere ao **custeio direto**. Nos termos da NBC T 16.11, é o custeio direto que aloca todos os custos – fixos e variáveis – diretamente a todos os objetos de custo sem qualquer tipo de rateio ou apropriação.

Gabarito: Errado

6. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE-PE/2017) É do profissional contábil a responsabilidade pela consistência conceitual e pela apresentação das informações contábeis do subsistema de custos.

Exigência literal da NBC T 16.11,

24. A responsabilidade pela consistência conceitual e pela apresentação das informações contábeis do subsistema de custos é do profissional contábil.

Gabarito: Certo

7. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE-PE/2017) As participações nas empresas estatais dependentes devem ser incluídas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Segundo o MCASP (7ª edição, pág. 411), para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, devem ser **excluídos** os seguintes itens, por exemplo:

- a. as participações nas empresas estatais dependentes;**
- b. as transações e saldos recíprocos entre as entidades; e
- c. as parcelas dos resultados do exercício, do lucro / prejuízo acumulado e do custo dos ativos que corresponderem a resultados ainda não realizados.

Gabarito: Errado

8. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE-PE/2017) Para garantir a consolidação das contas nacionais, o PCASP indica as contas obrigatórias e o nível de detalhamento mínimo a ser utilizado pelos entes da federação.

Segundo o MCASP (7ª edição, pág. 411), o PCASP indica as contas obrigatórias e o nível de detalhamento mínimo a ser utilizado pelos entes da Federação, a fim de garantir a consolidação das contas nacionais.

Essa questão era bem tranquila... bastava raciocinar com um dos objetivos do PCASP que é justamente a consolidação. Ora, é óbvio que para que a consolidação seja realizada, o PCASP deve indicar as contas obrigatórias e o nível de detalhamento mínimo a ser utilizado pelos entes da federação, não é mesmo? Uma pequena dose de raciocínio analítico era suficiente aqui.

Gabarito: Certo

9. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE-PE/2017) Para ser efetivada, a despesa orçamentária depende de autorização legislativa na forma de consignação de dotação orçamentária.

Questão tranquila. Segundo o MCASP (7ª edição, pág. 69), despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.

Gabarito: Certo

10. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE-PE/2017) No estágio da previsão da receita orçamentária, é verificada a procedência do crédito fiscal.

Essa era a questão mais fácil da prova! Segundo a Lei nº 4.320/1964,

*Art. 53. O **lançamento** da receita, o ato da repartição competente, que verifica a **procedência do crédito fiscal** e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.*

Logo, observa-se que é no estágio do lançamento da receita que é verificada a procedência do crédito fiscal.

Gabarito: Errado